



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Pré Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(s/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

APARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidão – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de política educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCEnte NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCEnte EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): **Pierre André Garcia Pires**)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): **Regina Coeli Machado e Silva**)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): **Rosane Castilho**)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): **Silvio Carlos dos Santos**).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): **Sorinéia Goede**).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): **Tarcio Leal Pereira**).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): **Thais Weiller**).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): **Wanirley Pedroso Guelfi**).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): **Camila Itikawa Gimenes**).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): **Adriana Márcia Prado de Araújo et alii**).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): **Patrícia Santos Fonseca et alii**).

AValiação em LARGA ESCALA: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): **Rivanda dos Santos Nogueira et alii**).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): **Cláudio Renato Moraes da Silva**).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): **Domiciane Araújo Azevedo**).

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguay e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo institucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



A Inclusão Laboral: Programa Promentor

LORENZ, Priscila Gadea¹; MADRID, Aline²

Resumo:

A presente pesquisa tem por objetivo evidenciar questões inerentes a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, relacionando às práticas de responsabilidade social corporativa e a importância da formação profissional adequada, que se formaliza como aspecto decisivo na possibilidade de empregabilidade. Neste contexto é apresentado o programa Promentor, que em parceria com a fundação Prodis e a Universidade Autônoma de Madrid- UAM, proporciona a formação em nível universitário de jovens e adultos com deficiência, estimulando a busca por autonomia, inclusão social e laboral a proposta curricular desenvolve competências específicas e imprescindíveis para construção de projetos de vida pessoais dos alunos com deficiência. Com base na teoria do Julgamento Moral de Kohlberg (1958), o estudo verificou a competência de juízo moral de vinte alunos do programa, dez do primeiro ano de preparação e dez do segundo ano já inseridos no mercado de trabalho. Pesquisa de cunho quali-quantitativa, com abordagem preponderante, o método fenomenológico utiliza como processo de análise da competência de juízo moral o Moral Judgment Test (MJT) expresso pelo C-escore elaborado por Lind (1998). Os resultados obtidos não tem a intencionalidade de realizar um comparativo, mas sim de suscitar evidências que comprovem a efetiva concretização dos objetivos propostos pela estrutura curricular do programa, estas que por sua vez implicam na preparação adequada, exercendo significativa influência no momento da contratação. O mesmo ocorre com as estratégias de responsabilidade social corporativa, que por sua vez abrem caminhos ao acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da livre iniciativa empresarial, convertendo-se na promoção do

¹ Mestranda do curso de Mestrado em Desenvolvimento da Unijuí na linha de Pesquisa Gestão de Organizações para o Desenvolvimento. bolsista CAPES. e-mail: priscilalorenz@gmail.com Instituição: Unijui- Mestrado em Desenvolvimento.

² Mestranda do curso de Mestrado em Desenvolvimento da Unijui na linha de Pesquisa do Direito. e-mail: alinelmdtur@yahoo.com.br Instituição. Unijui- Mestrado em Desenvolvimento.



desenvolvimento, construindo uma ponte entre uma questão social: o acesso ao trabalho e a obrigatoriedade legal.

Palavras – chave: mercado de trabalho; inclusão; competência moral;

Introdução

Conforme consta na Constituição Espanhola de 1979, artigo 35 “todos os cidadãos tem o direito ao trabalho”, a referência legal utiliza o termo “todos” o que inclui as pessoas com deficiência. O sentido de exercer algum ofício formaliza-se com a participação dos sujeitos com deficiência no desenvolvimento social e econômico do país. Más ocasiones le proporciona para su plena integración y más directivamente le conduce a um nível razoable de autodeterminación (BADESA, MARTÍN, 2010, p. 43).

A perspectiva legal da inclusão no mercado de trabalho visa direitos e deveres fundamentais, principalmente no sentido de não privar uma pessoa com deficiência de seus “direitos”, impossibilitando-a de governar-se por si mesma e sentenciando a limitação, estas tem assegurado o livre desenvolvimento de sua personalidade. Sin embargo, es preciso rechazar esta estrecha interpretación , debido imponerse la interpretación del precepto que resulte menos limitadora del derecho constitucional al trabajo (BADESA, MARTÍN, 2010, p. 43).

Como direito social é importante que se estabeleça reais condições para se alcançar as oportunidades, através de políticas efetivas de empregabilidade e projetos de formação para o mercado de trabalho.

No entanto, para que haja empregabilidade é necessário existir trabalhadores, empregadores e empresários. A efetiva transformação de pessoas com deficiência ocorre por meio da legitimação social dos direitos e o estabelecimento de condições que permitam o desenvolvimento e exercício do trabalho “de pouco valem os direitos se não existirem possibilidades reais dos mesmos” (BADESA, MARTÍN, 2010, p. 49).

As práticas de responsabilidade social corporativa abrem caminhos ao acesso pleno as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da livre iniciativa empresarial. Estas convertem-se na promoção de direitos sociais , construindo uma ponte entre um direito social, o emprego e a obrigatoriedade legal.

Apesar de aparentar uma situação tranquila, a incorporação sistêmica destes preceitos no contexto empresarial não tem conseguido, em termos substantivos, atender toda a expectativa social sobre o tema. Se, por um lado, a imagem de responsabilidade



tem permeado as estratégias empresariais, muitas vezes observa-se um esforço maior da área de comunicação, do que uma mudança real do fazer organizacional.

As transformações chocam-se com a “falta de conhecimento por parte dos administradores, da capacidade de trabalho da pessoa portadora de deficiência” (CARREIRA, 1997, p.24), influenciando, geralmente de modo negativo, a inclusão no mercado de trabalho.

As práticas inclusivas, quando adotadas pelas organizações como propostas de responsabilidade social, induzem a percepção de uma consciência sobre cidadania e inclusão social, repensando a questão do trabalho da pessoa com deficiência, pois este processo permitirá sua participação como sujeito produtivo, tornando-se elemento norteador para um novo modelo social que englobe princípios de respeito e diversidade.

Este processo faz com que se repensem valores ligados à ética e à moral, pois desacomoda estruturas ligadas ao eu e as regras da sociedade, da mesma forma que envolve as expectativas dos outros, tanto no âmbito individual, como organizacional. “O estágio das normas coletivas ou valores de comunidade, está ligado ao estágio das concordâncias e entendimentos a serem compartilhados para a resolução de conflitos, que, conseqüentemente, envolvem membros de um determinado grupo, ou do grupo como um todo” (BIAGGIO, 2006).

A importância de programas que visem à formação das pessoas com deficiência é real, há um vazio educativo, pouco se sabe de projetos que propiciem a formação adequada a estes sujeitos. Em uma sociedade que se auto intitula democrática, a igualdade de condições juntamente com a liberdade de escolha deve ser ofertada a todos os sujeitos.

Repensando na importância de programas de formação e preparação de jovens e adultos com deficiência para o mercado de trabalho, este artigo faz referencia ao projeto PROMENTOR, desenvolvido na cidade de Madrid- Espanha em parceria com a UAM- Universidade Autónoma de Madrid e a Fundação PRODIS.

Através de entrevistas e observações no ambiente de aprendizado destes jovens e adultos com deficiência intelectual, pretende-se demonstrar a eficácia do programa e proposta curricular, no que tange ao desenvolvimento moral dos sujeitos com deficiência durante os dois anos de formação.

O nível moral do indivíduo representa uma forma de conduta, fator decisório na qualificação e permanência no mercado de trabalho, pois conforme o estágio moral dos sujeitos ele é capaz de equilibrar os seus interesses e pontos de vista com os interesses mais gerais da sociedade e organização em que está inserido. Conforme Badesa e



Martín: Trabajar es esencial para la plena realización humana, existiendo uma íntima e irremplazable satisfáqcción que el ser humano alcanza cuando sabe hacer, cuando , para transformar la realidade, pone em juego conocimientos, capacidades, aptitudes, actitudes y valores y participa eficazmente en um processo productivo (2010, p. 99).

Deste modo, optou-se por utilizar como referencial a teoria de Julgamento Moral, de Lawrence Kohlberg, que define os níveis da consciência moral dos sujeitos com a aplicação do Teste de Julgamento Moral MJT, que basea-se na escala de moralidade proposta por Kohlberg. No julgamento moral formaliza-se a maneira como um indivíduo decide e resolve problemas com base em preceitos éticos.

A moral está relacionada a um sistema de normas que expressam valores, códigos formalizados, conjunto internamente coerente de princípios ou de propósitos socialmente validados, discursos que servem de modelo para as relações sociais e aos comportamentos dos agentes. As questões morais escondem-se em muitas decisões e ações do cotidiano empresarial, ainda que os dirigentes não tenham plena consciência disso (MONTEIRO, SANTO, BONANCINA, 2005, p. 238).

A essência do pensamento moral estaria mais relacionada ao sentido da justiça do que ao respeito do indivíduo pelo sistema de regras. Um princípio moral, como a justiça, não seria meramente uma regra, mas uma razão para a ação. Assim, o desenvolvimento do juízo moral apresentaria um componente cognitivo básico, que consiste na capacidade dos indivíduos realizarem julgamentos morais apoiados em argumentos e justificativas.

Formação de Pessoas com Deficiência Intelectual: Programa Promentor

Em parceria com a Universidade Autônoma de Madrid na Espanha, desde o ano de 2009, o programa Promentor recebeu o título próprio, criando-se uma fusão entre UAM e Prodis apoiando a inclusão sociolaboral de jovens e adultos com deficiência intelectual.

A aplicação deste programa impulsionou a criação de grupos de pesquisa na área que discutem a força transformadora de pessoas com deficiência na busca de sua autonomia e reconhecimento pessoal e social. El programa de Formación para la Inserción Laboral se há diseñado para tender a las necesidades de formación para el empleo de jovens con discapacidad intelectual (BADESA, MARTÌN, 2010, p. 243).

A Fundação PRODIS configura-se como uma instituição sem fins lucrativos, que tem a finalidade de ampliar a integração familiar, escolar, social e laboral de crianças e jovens com deficiência intelectual. Iniciou suas atividades, no ano de 2000, na cidade de Madrid-Espanha através da iniciativa privada de um grupo de pais de jovens e crianças com deficiência.



Desenvolve suas atividades através de projetos que contemplem diretamente às necessidades das pessoas com deficiência, visando a formação e desenvolvimento de atividades em centros ocupacionais e especiais, além da promoção de atividades que incentivem a integração social destes alunos em seu tempo livre, destacando a importância da autonomia.

O programa Promotor, resultado da fusão entre PRODIS e UAM, promove e incentiva a formação no ambiente universitário, criado pela Faculdade de Educação e Formação de Professores da Universidade Autônoma de Madrid, tem como propósito a estruturação de "grupos de aprendizagem cooperativa".

A formação tem a duração de dois e os cursos são ministrados por professores de vários departamentos da Faculdade de Formação de Professores e Educação da UAM e profissionais da Fundação Prodis de renome na área da deficiência intelectual

O caminho é traçado no sentido de educar, oferecendo formação profissional específica, equivalendo igualdade de oportunidades educacionais a todos os cidadãos, preceitos plenamente justificados no programa.

Los jóvenes con discapacidad intelectual porque mejoran su formación, desarrollo personal, autonomía, autoestima, calidad de vida y autodeterminación, a las familias porque ven sus hijos desempeñando un trabajo digno, a la Universidad Autónoma de Madrid porque apoya y desarrolla un proyecto innovador que abre las puertas a nuevos campos de investigación y de formación en temas de educación, a los estudiantes de Magisterio y Psicopedagogía que conviven con los alumnos de Promotor formando grupos de aprendizaje cooperativo y se involucran por medio del voluntariado, a las empresas porque contratan a estos profesionales y se benefician de los valores que éstos aportan, y la sociedad, en general, porque se consigue una mayor integración de este colectivo, convirtiéndose en una sociedad más madura e solidaria (BADESA, MARTÍN, 2010, p. 86).

Os jovens e adultos com deficiência intelectual tem possibilidade de compartilhar suas experiências de vida e constituir-se como sujeitos autônomos, no mesmo contexto que os outros estudantes sem deficiência, contemplando o princípio da inclusão. As práticas inclusivas são fundamentadas em princípios até pouco tempo incomuns, como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1999, p. 42).

Os estudantes participam de um serviço aberto e multi-padrão, que os convida a interagir ativamente na vida diária e campus acadêmico, juntamente com colegas da Universidade, com quem partilham experiências e lazer em seu tempo livre.

A seleção dos alunos ocorre por meio de entrevistas, avaliações psicopedagógicas e psicológicas realizadas com possíveis candidatos e familiares. No primeiro ano do curso são desenvolvidas as disciplinas básicas como: relações interpessoais na empresa,





desenvolvimento de habilidades emocionais I, competências laborais específicas, utilização de serviços a comunidade, estratégias de pensamento, lógica e contabilidade, desenvolvimento de valores, novas tecnologias e inglês.

A segunda etapa da formação é acompanhada pelo estágio voluntário na própria universidade e a participação nas seguintes disciplinas: relações laborais, desenvolvimento de habilidades emocionais II, banca e documentação, arquivo e organização, cultura e sociedade e desenvolvimento prático.

Um dos diferenciais encontrados no projeto, que garante a formação e inclusão exitosa no mercado de trabalho é desempenhado pelo papel do mediador laboral, estes estudam individualmente a adequação do trabalho às capacidades reais de cada aluno. O mediador tem uma importância significativa e relevante neste processo de adaptação.

São profissionais responsáveis por acompanhar a fase inicial de formação e proporcionar apoio ao longo da vida profissional de jovens incorporados no mercado de trabalho. O monitoramento das funções a serem realizadas é contínuo, avaliando possíveis novas tarefas, mudanças, dificuldades, obtendo e processando informações sobre os jovens trabalhadores, identificando o seu nível de independência, habilidades sociais e necessidades de formação.

Outro aspecto que instigou a presente pesquisa, corresponde a proposta curricular, especificamente desenvolvida pelas disciplinas de relações interpessoais na empresa e desenvolvimento de habilidades emocionais.

Os conteúdos ministrados tem a finalidade de potencializar a inclusão social e profissional, objetivando o desenvolvimento das capacidades de relacionar-se com as pessoas, aprimorando as habilidades sociais, incentivando a realização de tarefas de forma autônoma. É evidenciada a utilização de estratégias que remetam ao autoconhecimento e idealização de seu próprio projeto profissional e pessoal. El equilibrio de la vida personal condiciona el éxito en el ámbito de las relaciones sociales, y por ende en el ámbito de las relaciones sociales, y por ende en el equilibrio del desarrollo profesional de la persona (BADESA, MARTÍN, 2010, p. 89).

Quatro aspectos são considerados como barreiras quando se fala em estratégias que possibilitem a inclusão de deficientes no mercado de trabalho: o preparo profissional inadequado das instituições, barreiras atitudinais e arquitetônicas, os programas das empresas para receberem trabalhadores com deficiência, e por último, a permanência destes colaboradores nas instituições.



Mas a permanência destes trabalhadores é efetivada de acordo com seu desempenho e adaptação ao ambiente de trabalho, logo, esta adaptação está vinculada as relações inter e intrapessoais estabelecidas.

Conforme Batista (1998): “As pessoas portadoras de deficiência possuem comprometimento com seu ofício, demonstrando-se confiáveis, apresentando melhor índice de frequência e menor índice de afastamento do trabalho”.

Ao reconstruir conceitos pessoais da pessoa com deficiência, esta acaba descobrindo as multifaces sociais existentes num ambiente complexo em que está inserida. Procurando se manter atenta para as mudanças que possibilitaram chegar a concretização de seus projetos individuais. A insegurança das pessoas com deficiência é gerada pela falta de referencial próprio.

Teoria do Julgamento Moral de Lawrence Kohlberg

Nesta perspectiva, é necessário compreender o raciocínio mental que move os sujeitos na tomada de decisão frente a dilemas, bem como identificar o nível de maturidade deste pensamento, pois o comportamento das pessoas com deficiência e a construção de sua identidade está vinculado a formação pessoal e profissional.

A socialização humana ocorre paralelamente a seu desenvolvimento cognitivo, de forma gradual e cumulativa. Um aspecto, em particular, que instiga a pesquisa consiste na influência que a moralidade tem no comportamento humano.

Fora através das pesquisas de Piaget (1985) que Kohlberg construiu a base de seus estudos, percebeu que o respeito a regras diferenciava-se de acordo com a idade das crianças “distinguindo as fases de anomia, heteronomia e autonomia moral (FINI, 1991, p. 59)”.

Kohlberg definiu a hierarquização de três níveis, subdivididos em seis estágios de desenvolvimento moral: Nível pré-convencional (estágios 1 e 2), Nível Convencional (estágios 3 e 4) e Nível pós-convencional (estágios 5 e 6).

Griesse (2003, p. 40) salienta que: “O indivíduo teria de passar sequencialmente pelos distintos níveis, integrando as estruturas prévias de pensamento num sistema mais complexo”. Kohlberg argumenta que tais estruturas de pensamento moral são comuns a todas as pessoas, independente da cultura na qual estejam inseridas.

De acordo com Griesse (2003, p. 39): “Julgamento moral refere-se aqui a maneira como uma pessoa resolve dilemas e chega a decisões valendo-se de um fundamento ético”. Os dilemas utilizados remetem o pensamento do indivíduo a rever seus valores éticos e morais.



O meio utilizado para se chegar aos níveis de moralidade são os dilemas morais, desta forma, é importante ressaltar que um dilema difere-se de uma estória. “Ao passo que a maturidade de julgamento moral tem potencial inato, e ocorre por meio da maturação de estruturas cognitivas em interação com os estímulos ambientais. Seus métodos baseados no conflito cognitivo são bastante promissores” (BIAGGIO, 2006, p. 77).

Através deste sistema de avaliação pode-se chegar à definição de um estágio, no entanto, esta definição pode ser pura ou mista, pois algumas pessoas podem oscilar de estágio de acordo com suas respostas.

A avaliação do Julgamento Moral é concebida como uma atividade interpretativa. Para Habermas (1989, p. 257): “Apenas à medida que o intérprete apreende as razões da pessoa que responde a entrevista, que ele entende o que essa pessoa pode ter querido dizer”. O intérprete entende o significado do texto apenas a medida que ela vê por que o autor se sentiu no direito de afirmar certas coisas, de reconhecer certos valores e normas como certo corretos.

No primeiro nível, o *Pré- Convencional*, os indivíduos ainda não compreendem e respeitam normas morais, bem como as expectativas compartilhadas. Para Biaggio “Do ponto de vista das relações entre o self (eu) e as regras da sociedade no nível pré-convencional, as regras são externas ao self” (2006, p. 24).

Este nível é subdividido em dois estágios. O primeiro, a *Orientação para a Punição e a Obediência*, caracterizado pela moralidade ser definida em termos de consequência, geralmente físicas para o agente do ato. “Se a ação é punida, está moralmente é errada” (BIAGGIO, 2006, p. 24).

Para Griesse “a pessoa neste estágio raciocina como um indivíduo que ainda não se coloca como membro de uma sociedade” (2003, p. 40). Por sua vez Kohlberg (1971, p. 164) “a ordem sociomoral é definida em termos de status de poder e de posses em vez de o ser em termos de igualdade e reciprocidade”.

No segundo estágio do primeiro nível, o *Hedonismo Instrumental Relativista*, a pessoa age de acordo com seus próprios interesses, no entanto, percebe que as outras pessoas podem ter desejos diferentes dos seus.

No segundo estágio conforme Monteiro; Santo e Bonancina (2005, p. 40): “A fase o *Hedonismo Instrumental Relativista*: a ação moralmente correta é definida em termos de prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa”. Este estágio é caracterizado pelo egoísmo, pela moral relativa e o ato moral é um instrumento de satisfação pessoal.



Biaggio expõe que é um estágio nitidamente egosista, em qual a moral é relativa e o ato moral é visto como instrumento para satisfação do prazer pessoal (2006, p. 25).

No segundo nível chamado *Convencional*, já existe a internalização, o indivíduo acredita no valor e no reconhecimento daquilo que julga por excelência. A moralidade consiste de regras morais, papéis e normas socialmente compartilhadas. (COLBY; KOHLBERG, 1984).

Neste momento a pessoa é capaz de internalizar algumas regras, Biaggio (2006, p. 24) ressalta: “No convencional, o self identifica-se com, ou internaliza, as regras e expectativas dos outros, especialmente das autoridades”. Griesse (2003, p. 40).observa que: “O indivíduo considera-se membro de um grupo maior e tem uma noção da importância das normas sociais”.

O estágio três, moralidade do bom garoto, de aprovação social e relações interpessoais, encontram-se no nível convencional e caracteriza o indivíduo que assume um comportamento moralmente certo, o que o leva a aprovação dos outros . “Trata-se da moralidade de conformismo a estereótipos, surge também a noção de equidade e já não defendem uma igualdade absoluta, mas concordam em que é justo dar mais a uma pessoa desamparada”(BIAGGIO, 2006).

Monteiro, Santo e Bonancina (2005) “Reforçam a moralidade do bom garoto, de aprovação social e de relações interpessoais: o comportamento moralmente correto é aquele que leva a aprovação dos outros”. Há uma orientação para moralidade interpessoal, de merecer respeito, estima e consideração.

O quarto estágio, de *Orientação para Lei e Ordem* é marcado pelo grande respeito a autoridade, regras e a busca da manutenção da lei, ou seja, deve-se cumprir o dever. Para Biaggio (2006) neste nível a justiça não é mais uma questão de relações entre indivíduos, mas entre o indivíduo com o sistema, não é uma questão de escolha moral e sim ordem social. A pessoa entende-se como membro da sociedade e preocupa-se em cumprir seus deveres e manter a ordem e o bem estar social (GRIESSE, 2003, p. 40).

Por fim, o nível três, conhecido como *Pós- Convencional* “a perspectiva diferencia o self das regras e expectativas dos outros e define os valores morais em termos de princípios próprios” (BIAGGIO, 2006, p. 24).

Nesta fase, há o questionamento das leis estabelecidas e o reconhecimento de que podem ser injustas e devem ser alteradas. “As pessoas entendem e aceitam regras da sociedade, mas essa aceitação se baseia na formulação de princípios de consciência e não pela convenção” (KOHLBERG, 1966).



O estágio cinco, situado neste nível é a da *Orientação para o Contrato Social*, o indivíduo admite que as leis e costumes, podem ser injustos e não contemplar a diversidade, tendo de ser modificados por canais legais e contratos democráticos (Monteiro; Santo e Bonancina, 2003). “As leis não são consideradas válidas pelo mero fato de serem leis” (BIAGGIO, 2006, p. 26).

O último estágio, de número seis, a dos *Princípios Universais de Consciência*, “as leis são avaliadas quanto à sua coerência com os princípios de justiça. No sexto estágio, tais princípios são entendidos como transcendentais a sociedade ou culturas e devem ser apoiados independentemente das leis, normas ou convenções (GRIESSE, 2003, 41).

O indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles (BIAGGIO, 2006, p. 26). As obrigações morais envolvem: princípio de justiça, princípio de “role-taking”, ou seja, capacidade de se colocar no lugar do outro e o princípio do respeito pela personalidade (MONTEIRO; SANTO, BONANCINA, 2005, p. 239).

Finalizando, Kohlberg salienta que existe uma sequência culturalmente universal de estágios de desenvolvimento moral, sendo estes níveis afetados pelo contato do indivíduo a diferentes contextos, chegando aos níveis de raciocínio moral. Sendo considerados como fatores de desenvolvimento moral o nível de desenvolvimento cognitivo, o ambiente, as interações sociais e oportunidades de desempenho da identidade.

Utilizando os estágios de desenvolvimento moral, inúmeros instrumentos de pesquisa foram desenvolvidos, um deles é o MJT. O teste avalia a capacidade do sujeito em aplicar sua estrutura de juízo moral em situações adversas, reconhecendo a qualidade dos argumentos.

Método

Participantes

A pesquisa foi realizada com alunos do programa PROMENTOR, este desenvolve suas atividades na Faculdade de Formação de Professorado e Educação junto a Universidade Autônoma de Madrid, na cidade de Madrid-Espanha.

Vinte alunos com deficiência intelectual participaram da amostra: dez frequentando o primeiro ano do curso e os outros dez o segundo ano, atualmente inseridos no mercado de trabalho ou já possuindo experiência profissional. Destes, dez são do sexo masculino e dez do sexo feminino e as idades variando de 20 a 34 anos. Antes de participarem do



programa os sujeitos da pesquisa frequentaram escolas de ensino regular, escolas especiais e centros de reabilitação.

Instrumento

O MJT- Moral Judgment Test é um instrumento de pesquisa desenvolvido por Georg Lind (1998), com base nos estágios de desenvolvimento moral propostos por Kohlberg. Avalia a competência moral do sujeito e ao mesmo tempo incorpora aspectos cognitivos e afetivos presentes na mensuração da competência moral. Bataglia, Morais e Lepre ressaltam que: “A teoria do duplo aspecto do desenvolvimento moral, tem suporte nas ideias de Piaget a respeito do paralelismo –cognitivo”(2010, p. 06).

Através do teste pode-se avaliar a capacidade da pessoa no momento que ela utiliza suas estruturas de juízo moral em situações diferenciadas. Solicita-se que sejam avaliados argumentos com diversas orientações morais, refletindo opiniões a favor e contra a decisão do personagem, isto é, o indivíduo deve apreciar argumentos a favor e contra sua própria opinião (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010, p. 06).

Por intermédio do MJT é projetado uma medida da competência moral do julgamento, aponta o nível de raciocínio moral utilizado para resolver o dilema, complementando com as reações frente aos contra argumentos. Demonstra a habilidade dos alunos com deficiência intelectual ao usarem consistentemente um nível moral particular ao julgar o comportamento de outra pessoa.

É o tipo de avaliação que o sujeito aplica princípios internos, os posicionando em situações complexas a fim de resolver conflitos. Eficiente na constatação de pontos positivos em programas educativos “o MJT tem uma utilidade específica para as pesquisas de desenvolvimento moral, que é avaliar métodos educacionais em relação aos se poder de elevar a competência moral dos sujeitos submetidos a eles” (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010, p. 07).

Fundamenta a intenção de que “para obter um alto escore, o sujeito deve ser capaz de demonstrar por seu comportamento de julgar, que aprecia a qualidade moral de um dado argumento a despeito do fato desse argumento estar completamente em desacordo com sua opinião sobre a solução do dilema em consideração” (LIND, 2000, p. 406).

A mensuração dos dados é obtida em função da competência moral cognitiva, ou seja, sua estrutura de comportamento ao julgar determinada situação, sendo possível observar a inter-relação entre estruturas e atitudes morais.

O indivíduo é confrontado por dois dilemas morais, do operário e da eutanásia, tendo que posicionar-se através de sua argumentação, resolvendo o conflito.



Inicialmente é solicitado que atribua valor em uma escala Likert (-3 a 3), avaliando a decisão do personagem. Em seguida, deve atribuir valores de (-4 a 4) para cada um dos doze argumentos, seis contra e seis a favor do comportamento (operário, médico).

Tais argumentos são elaborados conforme os diferentes estágios de desenvolvimento moral. Os escores mais altos são concedidos a sujeitos que demonstram capacidade para apreciar a qualidade moral de um dado argumento, independente do fato de estarem de acordo, ou não, com o conteúdo da argumentação (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010, p. 06).

Conforme as respostas obtidas, é calculado o índice C, que expressa a competência do juízo moral, reflete a habilidade de julgar argumentos com sua qualidade moral. O índice C corresponde a uma escala de 1 a 100, indica a porcentagem da variação total da resposta de uma pessoa, seu ponto *baixo* é (1-9), o *meio* (10-29), *elevação* (30-49) e *muito altamente* (acima de 50).

Procedimento

Os alunos estavam cientes da intenção de pesquisa e procedimentos, a aplicação ocorreu de forma individualizada, respeitando os horários disponíveis dos sujeitos, a coordenação do projeto Promentor estruturou o cronograma das entrevistas e observações.

O aluno era acompanhado a uma sala reservada, apresentava-se o formulário contendo os dois dilemas e os argumentos, exemplificando a forma com que deveriam responder, o tempo de aplicação é relativo, pois cada educando apresenta características próprias.

Resultados e Discussão

Com base na amostragem é possível delinear duas possibilidades de análise: uma relativa aos indicadores das escolhas dos sujeitos se posicionando frente aos dilemas morais, e outra por meio dos resultados obtidos com o cálculo do índice C. A primeira, permite identificar o raciocínio moral da pessoa frente a situação-problema, o segundo é resultante da soma das respostas permitindo acessar o grau de análise multivariada ou multifatorial.

As respostas são atribuídas a doze argumentos apresentados em casa dilema (operário, eutanásia), os argumentos (seis contra e seis a favor) representam diferentes qualidades de raciocínio moral. Neste sentido, o primeiro argumento (a favor ou contra) é formulado conforme o primeiro estágio de desenvolvimento moral proposto por Kohlberg,

e assim sucessivamente, ou seja, cada argumento corresponde a um estágio de moralidade.

Os seguintes resultados abaixo foram obtidos nas entrevistas:

GRUPO 1- PRIMEIRO ANO – DILEMA DOS OPERÁRIOS										
Argumentos a favor do comportamento dos operários										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	4	3	-4	-2	4	-2	4	2	-1	-1
Arg2	-4	4	4	3	4	-1	4	3	-4	2
Arg3	-3	4	4	4	4	-1	-1	2	4	0
Arg4	-2	4	4	-3	4	-2	4	-2	3	4
Arg5	0	1	-4	-2	4	-1	-4	-3	2	1
Arg6	0	0	-4	0	3	-1	4	3	1	3
Argumentos contra o comportamento dos operários										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	1	0	4	4	3	4	-1	-3	-4	-1
Arg2	--4	-1	0	0	4	-1	-1	-1	4	-2
Arg3	-0	-3	-1	3	4	4	-2	-4	-4	-2
Arg4	-0	0	4	4	-3	-2	-3	3	-4	2
Arg5	0	2	4	4	-4	-1	4	4	0	-2
Arg6	0	0	4	-4	3	-1	-4	-2	-3	3
Argumentos a favor o comportamento do médico										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	-2	2	-4	-4	-2	-2	4	-2	3	-2
Arg2	-3	3	4	-4	-3	4	-3	-4	1	3
Arg3	-2	0	4	-3	-1	-4	-4	-4	-4	4
Arg4	-4	4	-4	0	-0	-1	-1	2	-3	-2
Arg5	-3	4	4	-4	0	-1	-2	3	1	2
Arg6	-2	2	-4	-4	3	-4	-1	-4	-4	2
Argumentos contra o comportamento do médico										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	-3	0	-4	4	3	-1	-4	-4	1	2
Arg2	4	2	-4	4	-4	-1	4	3	4	3
Arg3	4	0	4	4	-4	4	0	0	-1	1
Arg4	3	0	4	4	1	4	4	4	3	-2

Arg5	4	1	-4	4	4	4	4	-4	1	4
Arg6	0	0	4	4	-3	4	4	-4	4	2

(Tabela 1)

GRUPO 2- SEGUNDO ANO – DILEMA DOS OPERÁRIOS										
Argumentos a favor do comportamento dos operários										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	-3	3	3	2	1	4	-4	-1	-2	4
Arg2	1	2	4	1	0	4	3	-4	-4	-2
Arg3	-4	1	2	2	-4	3	2	-2	-4	3
Arg4	3	-4	3	4	2	4	4	-1	3	4
Arg5	2	-2	0	-1	0	4	0	-3	-4	2
Arg6	-2	-1	-2	1	0	-4	-4	-4	-4	-1
Argumentos contra o comportamento dos operários										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	1	2	-2	-3	-4	4	4	-3	4	3
Arg2	-4	3	3	-2	4	4	1	4	-4	4
Arg3	-2	-1	-1	-4	-4	-4	4	-4	-4	-2
Arg4	1	4	4	4	-3	-3	3	-3	4	1
Arg5	-1	3	3	3	4	4	2	4	4	3
Arg6	-4	-2	4	4	4	-4	4	-4	-4	2
Argumentos a favor o comportamento do médico										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	-3	4	4	4	4	4	4	-4	0	1
Arg2	-1	3	2	3	4	4	4	4	-4	3
Arg3	-2	-1	3	-1	4	4	-4	-3	-4	-4
Arg4	-2	-2	4	2	-4	-4	-4	4	-4	-1
Arg5	-4	-3	4	1	-4	4	4	-3	-4	1
Arg6	-2	4	-1	2	3	4	-4	4	-4	2
Argumentos contra o comportamento do médico										
	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C	ALUNO D	ALUNO E	ALUNO F	ALUNO G	ALUNO H	ALUNO I	ALUNO J
Arg1	0	1	0	-2	-4	4	4	-3	4	-2
Arg2	-4	-2	4	-1	3	-4	4	-2	4	1
Arg3	-4	-1	0	3	0	4	4	4	4	-3
Arg4	1	2	3	2	-1	-4	4	4	4	4
Arg5	-4	-2	2	1	-4	-4	4	-3	4	3

Arg6	1	4	4	-2	-1	-4	4	4	-4	-1
------	---	---	---	----	----	----	---	---	----	----

(Tabela 2)

Cálculo do Índice C

GRUPO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO
1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
INDICE-C	5,6	15,4	16,6	7,3	4,8	5,3	8,9	17,7	6,9	18,3

(Tabela 3)

GRUPO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO	ALUNO
2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
INDICE-C	26,7	23,4	23,9	18,6	24,2	32,5	8,9	24,2	30,6	27,5

(Tabela 4)

A tabela 1 ilustra as respostas dos alunos que estão inseridos no primeiro ano do programa, ou seja, iniciando sua preparação para o mercado de trabalho. Enquanto a tabela 2 corresponde às respostas de alunos do segundo ano, que já possuem experiência profissional.

A atribuição de valores é determinada pelo julgamento de argumentos a favor e contra o comportamento do operário e médico, observa-se uma divergência em relação ao tipo de dilema que lhes foi apresentado.

As estruturas morais que impulsionam uma pessoa a divergir de posição em detrimento do dilema, são justificadas por fatores culturais somados as experiências pessoais. De certo, os valores culturais transcendem o desenrolar factual da ação; eles condensam-se nas síndromes históricas e biográficas das orientações axiológicas à luz das quais os sujeitos podem distinguir o “bem viver” da reprodução de sua vida como “simples sobrevivência” (HABERMAS, 1989, p. 130).

Nos posicionamentos do grupo 1 (tabela 1) e grupo 2 (tabela 2) observa-se a oscilação entre índices de forte concordância a forte discordância no mesmo quadro de argumentos (a favor ou contra), como exemplo a amostra dos alunos (B, J, I) do grupo 1 e (A, B, E) do grupo 2. Portanto, não devemos esperar que uma pessoa moralmente madura, raciocine em todos e cada dilema no mesmo “estágio” de princípios morais. Há dilemas com os quais, mais ou menos obviamente, deve-se lidar no nível de princípios morais universalizáveis (LIND, 2000, p. 405).



Há diferença nos julgamentos quando a temática propõe o arrombamento ou a prática da eutanásia. Entretanto, integração e consciência não significam rigidez ou insensibilidade para o tipo de dilema em consideração. A competência do juízo moral altamente desenvolvida também significa um alto nível de diferenciação (LIND, 2000, p. 405).

Com base nos resultados obtidos através do cálculo do índice-C (tabela 3 e 4), é possível refletir sobre a habilidade de uma pessoa, ao julgar argumentos conforme sua qualidade moral.

A mensuração do índice C no presente artigo, não tem o intuito de comparar as amostras dos alunos do primeiro e segundo ano, mas sim instigar a reflexão sob a proposta utilizada na formação de jovens e adultos com déficit intelectual do programa Promentor.

O escore –C varia de 0 a 100, define-se como baixo (1-9), médio (10-29), alto (30-49) e muito alto (acima de 50).

Neste sentido, na tabela 3 observa-se a variação dos índices em relação aos alunos do primeiro e segundo ano, a independência dos conjuntos de escores de avaliação dos aspectos cognitivos e atitudinais dos sujeitos torna possível a compreensão da relação cognitiva com as atitudes morais, possibilitando a sucinta análise da estrutura de comportamento adotada pelo sujeito, ou seja, a forma que ele julga.

Observa-se que dentre os alunos do grupo 1 (primeiro ano) , seis deles apresentaram índices considerados baixo (A, D, E, F, G, I), enquanto quatro (B, C, H, J) atingiram níveis mediados. Enquanto que no grupo dois (segundo ano) somente o aluno (G) atinge um nível considerado baixo, os alunos (A, B, C, D, E, H, J) correspondem a faixa mediana, já os estudantes (F, I) atingiram um raciocínio moral classificado como alto.

Segundo Lind é comum que algumas pessoas prefiram normas universais de justiça, o que resulta em um alto escore de afetividade (preferências por estágios), no entanto, tais pessoas podem ser incapazes de aplicá-los consistentemente, principalmente quando precisam avaliar a posição moral de um ponto de vista adverso, o que resulta então em um baixo escore de competência de juízo moral (RONDON, 2009, p. 96).

O sujeito somente irá apresentar um valor elevado de competência se o motivo para escolha dos argumentos for equivalente a suas qualidades morais, o baixo índice reflete a concordância de uma pessoa e suas decisões a respeito do dilema exposto.



A difícil tarefa enfrentada pelos participantes ao confrontar-se com os dilemas morais, expressa as diferentes qualidades de raciocínio morais internalizadas por estes, evidenciando o ponto entre boas intenções morais e comportamento moral. Para Habermas (1989, p. 148): “Toda norma válida encontraria o assentimento de todos os concernidos, se eles pudessem participar de um discurso prático”.

É fato que formação educacional dá identidade ao homem, interfere em seu caráter, molda suas crenças e explica o mundo e as relações que este estabelece com as instituições. Esta relação está diretamente condicionada às formas de sociabilidade, que lhe fornecem subsídios para formar seu modo de existência e consciência social.

Considerações Finais

A pesquisa intencionalmente suscita dados concretos que se formalizam como evidências de um modelo de ação formativa para jovens e adultos com deficiência intelectual, na busca por um direito básico e autonomia. Se hace necessário mediar em este processo de construcción personal, para respetar además su derecho a la autodeterminación (BADESA, MARTÍN, 2010, p. 86).

É necessário contextualizar que o mercado de trabalho é mais restrito às pessoas com deficiência por causas múltiplas. De um lado, a falta de qualificação, de outro lado, a falta de esclarecimento, e acima de tudo, a falta de estímulos que facilitam a sua contratação.

Somando-se a oportunidade de formação adequada, uma alternativa que exerce influência positiva na contratação destas pessoas com deficiência, são as estratégias de responsabilidade social corporativa. Neste contexto, essa temática pode ser discutida e possibilita avanços reais se problematizado sob a égide da RSC.

O meio empresarial como agente deste processo, tem a responsabilidade de valorizar a diversidade, pois compreende que desempenha papel significativo na vida da coletividade social. Já as organizações, como principais promotoras de oportunidades de trabalho e realização profissional, ao recrutar, treinar e promover seus colaboradores, estão atingindo diretamente objetivos pessoais, do seu próprio negócio e interesses.

As empresas são também um importantíssimo espaço existencial para seus funcionários. As pessoas vivem no ambiente de trabalho grande parte de seu tempo e nele estabelecem relações profissionais, interpessoais e institucionais de grande relevância. Ao estimular a diversidade e atuar contra a discriminação a empresa esta fortalecendo o respeito mútuo entre as pessoas, o reconhecimento de suas particularidades e o estímulo a sua criatividade e cooperação (ETHOS, 2000, p. 22).





Analisando o processo, depara-se com o efeito que estas estratégias inclusivas e de responsabilidade social implicam quanto à tomada de decisões dentro do ambiente organizacional, as quais não procedem de forma neutra. Quem decide, realiza escolhas, que as guia a diferentes possibilidades de ação, surgindo então à reflexão ética. A tomada de decisões implica em resgatar interesses pessoais e organizacionais, não se desvinculando a moral e pressões operadas pela sociedade.

Esta proposta faz com que modelos empresariais, visando sua manutenção de boas posições no mercado e o cumprimento da legislação vigente, percebam que não podem ficar alheios aos problemas sociais. Assim, a responsabilidade social corporativa pode ser concebida como força motriz no processo para identificar as práticas de inclusão de pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.

A visão socioeconômica aponta que as organizações possuem um papel importante na promoção do bem-estar social, não somente buscando a obtenção de lucros corporativos e geração de empregos. Configurando-se de forma que possam obter unificar sua imagem junto à sociedade, e consequentemente regulamentação governamental para o negócio. Assim, a empresa estará cumprindo obrigações sociais, à medida que propiciar melhores condições de vida a sociedade.

Para que a responsabilidade social exista é necessário, antes de tudo, que as técnicas e filosofias das empresas sejam repensadas, que o fim social não seja massacrado pelo desejo de lucro – lucro este que não deve ser um fim em si, e sim o viabilizador de uma atitude mais ética e responsável por parte das empresas (ASHLEY, 2005, p. 62).

O compromisso de contratar pessoas com deficiência em uma organização são atos que afetam positivamente de modo amplo, alguma região ou comunidade específica. Ashley (2005, p.04): “Parece lícito afirmar que as organizações precisam estar atentas não apenas às suas responsabilidades econômicas e legais, mas também às suas responsabilidades éticas, morais e sociais”.

As ações de responsabilidade social corporativa abrangem valores éticos e morais, a reflexão sobre estes conceitos configura-se num instrumento de trabalho simbólico, intervindo na identidade corporativa e refletindo sobre as normas e valores dominantes do ambiente organizacional. Já os costumes e as ações morais estabelecem princípios de valorização e condução da vida. A ética por sua vez, estuda a moral, enfatizando o que deve ser feito e a qualificação do bem e do mal, assim influenciando a forma de agir coletivamente.



Trabalhadores moralmente desenvolvidos são capazes de pensar socialmente, de forma conjunta, desempenhando atitudes que atinjam os objetivos pessoais e organizacionais, a tomada de decisões envolve fatores inter e intrapessoais dos sujeitos. Somos constantemente levados a tomar decisões afirma Montenegro (1994, p. 68) “Estas decisões são profundas, peculiares a cada indivíduo e influenciam o caminho da sua própria existência”.

No mundo organizacional, só é possível que um ator assuma seu processo de desenvolvimento global e moral em particular, quando lhe são oferecidas condições favoráveis para que este tome iniciativas próprias e decisões adequadas; responsabilize-se pelas decisões assumidas; saiba criticar a si e aos outros, avaliando adequadamente os aspectos que o levaram a tomar sua decisão. Essas decisões tomadas pelo indivíduo o definem, mesmo que sejam direcionadas por situações eventuais do meio em que vivem.

Por fim a inclusão no mercado de trabalho envolve dilemas da vida real, que podem oferecer vantagens positivas ou negativas na hora das discussões organizacionais. Entre os atores envolvidos na história, encontra-se a própria pessoa com deficiência, com decisões que têm consequências diretas sobre sua vida, de modo que este apresenta uma preocupação genuína sobre o que pode vir a acontecer.

Bibliografia:

AMARAL, L. Assumpção. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2004.

ASHLEY; P. A.. **Ética e responsabilidade social nos negócios** – 2 ed.- São Paulo: Saraiva, 2005.

BADESA, Miguel de Sara. MARTÍN, Cerrilo Rosario. **Formación para lá inclusión laboral de personas con discapacidad intelectual**. Ediciones Pirámide. , Madrid, 2010.

BATISTA, C., et al. **Educação profissional e colocação no trabalho: uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência**. 2 ed. Brasília: Federação Nacional das APAE's, 1998.

BATAGLIA, Patrícia U. R.. MORAIS, Alessandra. LEPRE, Rita M. **A Teoria de Kohlberg Sobre o Desenvolvimento do Raciocínio Moral e os Instrumentos de Avaliação de Juízo e Competência Moral em Uso no Brasil**. Estudos de Psicologia, 15(1), Janeiro-Abril/2010, 25-32.

BIAGGIO, A. M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**; 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.



CARREIRA, D. A. **A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho**. In: Mantoan, M. T. E. (org.) . A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memonn, 1997.

COLBY, A., & KOHLBERG; L. **The measurement of moral judgment** . (Vol. 1 & 2) (New York, Cambridge University Press). 1984

ETHOS, Instituto. **Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

ESPANHA. **Constitución Española**. Tribunal Constitucional de España, 1979.

FINI, L. Diehl T.; **Desenvolvimento Moral: de Piaget a Kohlberg**. Departamento de Psicologia da Faculdade de Educação, UNICAMP. Perspectiva; CED, Florianópolis, 9(16): 58-78, Jan/ Dez. 1991.

GRIESSE, M. **Ética Empresarial e responsabilidade social corporativa à luz da teoria de julgamento moral, de Lawrence Kohlberg**. Impulso, Piracicaba, v. 14, n.35, p. 33-48, 2003.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**; tradução de Guido A. de Almeida- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KOHLBERG, L. **The development of moes of moral thinking and choice in the years ten to Sixteen**, Unpublished doctoral dissertation, University of Chicago, 1958.

_____. **Moral education in the schools: a development the school review**, 1966, 74, 1-30, p. 3e 14.

_____. **From is to ought: how to comimit the naturalistic falaw and get away it in the study of moral development**. In: MISCHEL, T. (ed.) , Cognitive Develop and Epistemology, New York and London: Academic Press, 151- 253, 1971.

LIND, G. (1998). **Introduction to the Moral Judgment Test, MJT**. Disponível em <http://uni-konstanz.de/ag-moral/>. Acesso em 05 de março de 2011. Tradução livre de Priscila Gadea Lorenz.

LIND, George, **O Significado e Medida da Competência Moral Revistada um Modelo do Duplo Aspecto da Competência Moral**. Psicologia e Crítica vol. 13, número 003. UFRG. Porto Alegre, Brasil pp. 399-416, 2000.

MONTEIRO, J. K; SANTO, F C. E. ; BONANCINA, F. **Valores, ética e julgamento moral: um estudo exploratório em empresas familiares**. Psicologia: reflexão e critica. 2005, 18(2), pp. 237- 246.

MONTENEGRO, E. L. L.. **A educação física e o desenvolvimento moral do indivíduo numa perspectiva kohlberguiana**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1994.

PIAGET, J. **O possível e o necessário. Evolução dos possíveis na criança**. Porto Alegre: Artes médicas, v. 1, 1985.



RONDON, Mileidy Von. **A Construção da Competência Moral e a Influência da Religião: Contribuições para a Bioética**. Dissertação de Mestrado; Fundação Oswaldo Cruz- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca- ENSO, Rio de Janeiro, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

